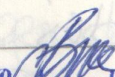


Cães em Contrário.

Paranatinga - MT., 14 de
Dezembro de 1.995.


José Barbosa de Moura
Prefeito Municipal

Lei nº 074/95

"Cria o Fundo Municipal
de Assistência Social e dá
outras Providências."

O Prefeito Municipal de Parana-
tinga - MT., no uso de suas atribui-
ções legais.

Faço saber que a Câmara Mu-
nicipal aprova e eu sanciono a seguin-
te Lei:

Art. 1º - Fica Criado o Fundo
Municipal de Assistência Social - FMAS,
instrumento da captação e aplicação
de recursos, que tem por objetivo reper-
cionar recursos e meios para o fun-
cionamento das ações na área de
Assistência Social.

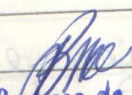
Art. 2º - Constituirão receitas
do Fundo Municipal de Assistência Social
FMAS:

I - Recursos provenientes da trans-
ferência dos Fundos Nacional e Estadual
de Assistência Social;

Crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); obedecidas as prescrições nos incisos I a IV, do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga MT., 14 de Dezembro de 1995.


José Barbosa de Moura
Prefeito Municipal

Lei nº 075/95

"Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Paranatinga - Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I Das Objetivos

Art. 1º - Fica Criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e

04
mas necessários ao desenvolvimento dos Programas;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, Planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI - Desenvolvimento de Programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de Assistência Social.

VII - Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei orgânica de Assistência Social.

Art. 5º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente registradas, NOCNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos, pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 6º - As contas e os relatórios de gestão do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 7º - Para atender às despesas decorrentes da implantação da presente Lei fica o Poder Executivo autori-

§ 2º - Os recursos que compõem o Fundo serão depositados no Banco do Brasil S/A, em conta especial sob a denominação Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º - O FMAS será gerido pelo(a) (Secretaria Municipal de Assistência Social) sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º - A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - consistirá do Plano Diretor do Município.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS integrará o orçamento da (Secretaria Municipal de Assistência Social).

Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, serão aplicados em:

I - Financiamento total a favor de Programas, Projetos e Serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão da administração Pública Municipal responsável pela execução da política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II - Pagamento pela Prestação de Serviços a entidades conveniadas de direito Público e Privado para a execução de Programas e Projetos específicos do Setor de Assistência Social;

III - Aquisição de material per-
cursos insu-

Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - Receitas de aplicação financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei.

V - As parcelas do Produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de Prestação de Serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da Lei e de Convênios no setor;

VI - Produto de Convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - Doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas;

§ 1º - A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas corres-